

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AS E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A*Comissão de Pregão II***DECISÃO DE RECURSO PE 90.035/2024 – KITCHEN - CPII**

Processo Licitatório nº 2310/2024, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90035/2024, **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO de empresa especializada no fornecimento de ALIMENTAÇÃO TRANSPORTADA, para atender as necessidades da Hospital Municipal Raul Sertã, pelo período de 01 (um) ano.**

Em cumprimento ao disposto nos termos do, artigo 165º, inciso I, parágrafo §2º da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021 o Pregoeiro desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, instituído pela Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, procedeu ao julgamento do Recurso interposto pela empresa **KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.**, doravante denominada Recorrente, em 08 de maio de 2024, portanto, tempestivo, contra a decisão que classificou a empresa vencedora para o único lote (grupo), **BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA**, denominada Recorrida, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90035/2024, que foi aceito de forma automática pelo sistema, sem juízo de Admissibilidade por parte deste pregoeiro e equipe de apoio

I. RESUMO DO RECURSO

A Recorrente, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br recurso pedindo a reconsideração da decisão conforme as considerações apresentadas abaixo:

A recorrente sucintamente alega que, (i) a empresa recorrida não apresentou nenhum atestados de Capacidade Técnico-operacional para o fornecimento de refeições de forma transportada (ii) que os atestados de Capacidade Técnico-

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II*

operacional não garantem de forma clara que houve o atendimento dos quantitativos; (iii) que a recorrida efetuou a juntada posterior de documento, que deveria constar originalmente da proposta, exigido pelo item 19.1.4, do edital, infringindo a Lei nº 14.133/2021 e a jurisprudência do TCU.

III. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br, suas contrarrazões rebatendo as alegações do recurso apresentado pela empresa **KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.**, conforme as considerações apresentadas abaixo:

A recorrida sucintamente alega que, (i) os atestados de capacidade técnico-operacional, atendem integralmente o exigido no edital; (ii) que não há qualquer violação legal para a apresentação complementar de documentos, e que há previsão expressa quando a esta possibilidade, conforme disciplina o item 15.10 do edital; (iii) afirma que está precluso o argumento da recorrente quando a eventual ilegalidade do item 19.1.4., a qual deveria ter sido impugnado.

IV. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Quanto as alegações que (i) os atestados de Capacidade Técnico-operacional apresentados pela empresa recorrida não atendem o requisito disposto no item 9.1.10 do edital, uma vez que não há informação expressa, de que o fornecimento de refeições foi realizado de forma transportada;

Não, obstante este pregoeiro ter diligenciado a empresa BANDOLIN durante a sessão pública, obtendo a confirmação da empresa recorrida, através do chat da plataforma Compras.gov.br, quanto a natureza transportada das refeições, objeto dos

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II*

atestados de capacidade técnico-operacional apresentados na fase habilitaria. Antes de declarar a empresa habilitada, foi realizada consulta ao Portal da Transparência do Governo do Estado de São Paulo, ocasião em que ficou constatado, através das pesquisas realizadas, que os serviços de fato foram prestados em parte na modalidade transportada.

Por ocasião das alegações da recorrente em sede recursal, este Pregoeiro, fez diligência a empresa **BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA**, com o objetivo de obter elementos que pudessem confirmar a efetiva prestação dos serviços, de forma “transportada”, atestados nos documentos apresentados no Pregão 90.035/2024. Na resposta, foram apresentadas, pela empresa recorrida, além do edital de licitação nº 038/2013 e do Termo de Contrato nº 002/2014, os quais ensejaram a emissão dos atestados, apresentou também, 38 (trinta e oito) Notas Fiscais com valor probante, referte a contratação, onde afirma que pelo 75% da quantidade fornecida foi destinada a atender o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico “Prof. André Teixeira Lima”, de forma transportada.

Com efeito, os documentos acostados pela recorrida se constituem em comprovantes de despesa e, portanto, se prestam a atestar a execução dos serviços, pela empresa **BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA**.

Dito isso, as evidências extraídas dos autos conduzem à conclusão de que, com efeito, os atestados apresentados pela empresa **BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA**., referentes aos serviços prestados ao Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico “Prof. André Teixeira Lima” foram realizadas na modalidade “transportada” atendendo plenamente os itens 19.1.10, 19.1.11 e 19.1.13 do edital, não merecendo prosperar a alegação da recorrente, quanto a este ponto.

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II*

Quanto a alegação, (iii) que a recorrida efetuou a juntada posterior de documento, que deveria constar originalmente da proposta, exigido pelo item 9.1.4, do edital, infringindo a Lei nº 14.133/2021 e a jurisprudência do TCU.

O item 15.8 do edital que disciplina o Art. 64 da Lei 14.133/2021, assim dispõe:

15.8 – Encerrado o prazo para envio da documentação (habilitação ou proposta) de que trata o item 15.6.1 poderá ser admitida mediante realização de diligência a apresentação de novos documentos para a: (grifei)

15.8.1 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

15.8.2 – apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pelo licitante; (grifei)

15.8.3 - Aferição das condições de habilitação ou de classificação do licitante decorrentes de fatos ou condições preexistentes ao momento da abertura do certame; (grifei)

Desta forma após a solicitação da documentação de habilitação da recorrida, ao verificar a ausência dos documentos e declarações que se enquadravam na previsão editalícia, foi solicitado a empresa, em caráter de diligência, nos termos do item 15.10 do edital, o envio da documentação faltante exigida nos itens 19.1.2, 19.1.4 e 19.1.5 do edital, as quais foram prontamente atendidos, não merecendo prosperar às alegações da recorrente quanto a este ponto.

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

IV. DA ANÁLISE JURÍDICA

Instada a se manifestar a Procuradoria Geral Municipal, exarou parecer jurídico, parte integrante desta decisão, independente de transcrição, onde de forma sucinta concluiu que: (i) “... não há óbice jurídico à juntada de posterior de documentos referentes às condições de qualificação no caso em tela, se tratando, em realidade de medida que privilegia a prevalência do resultado almejado por todo procedimento licitatório, qual seja, a obtenção de propostas que melhor atendam o interesse público”.

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 165, §2º da Lei 14.133/2021, por todo exposto e subsidiado pelo parecer jurídico exarado pela Procuradoria Geral Municipal, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.035/2024, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo a decisão pela habilitação a empresa **BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA**, no pregão em comento

Diante do não provimento do recurso interposto, na forma que dispõe o artigo 165, § 2º da Lei 14.133/2021, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, do recurso administrativo do pregão, na forma eletrônica, nº 90035/2024, no prazo de 10 (dez) dias úteis.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

Comissão de Pregão II

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em
<https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em
<http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 03 de junho de 2024.

JONATHAN P. CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matrícula: 206.870